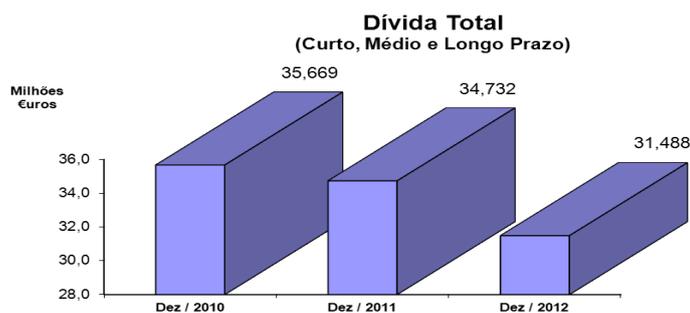


## AC. EM CÂMARA

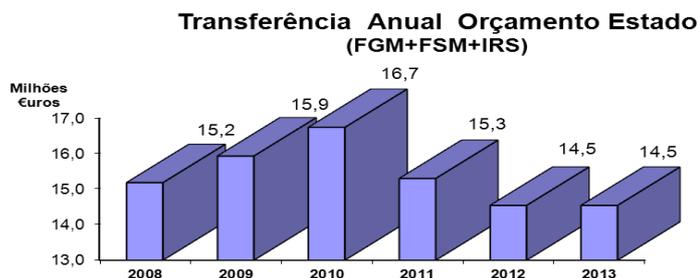
### (03) PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANEAMENTO BÁSICO PARA 2013:-

Presente a proposta das Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados para 2011, do qual consta a informação prestada pelo Presidente da Câmara que seguidamente se transcreve:- **“PROPOSTA – PROPOSTA - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS PARA 2013** - O Plano de Atividades e Orçamento para 2013 que o Executivo Municipal apresenta, enquadra um conjunto de pressupostos financeiros e de expectativas económicas muito difíceis, com natural reflexo e incidência para o atual exercício orçamental. O Orçamento total do Município é de 82,65 milhões de euros, sendo da CMVC 68,9 milhões de euros e dos SMSBVC de 13,6 milhões de euros. Tal como o documento apresentado em 2012, o Plano e Orçamento para o exercício de 2013 terá de ser um instrumento preventivo, austero mas flexível e sensível aos setores sociais, educativos e económicos. O Plano de Atividades e Orçamento tem de ser **preventivo face à enorme indefinição da conjuntura económica e financeira nacional** e internacional, à indefinição europeia da economia da zona euro, e da indefinição relativa ao novo quadro de programação comunitário para 2014/20, e as consequentes medidas de ajustamento financeiro sucessivas que o governo impõe às autarquias locais. Apesar desta conjuntura desfavorável **o Município de Viana do Castelo tem vindo a reduzir o seu endividamento total, através de uma gestão rigorosa dos dinheiros públicos** e de uma poupança nas despesas correntes, com resultados satisfatórios como se verifica no gráfico.

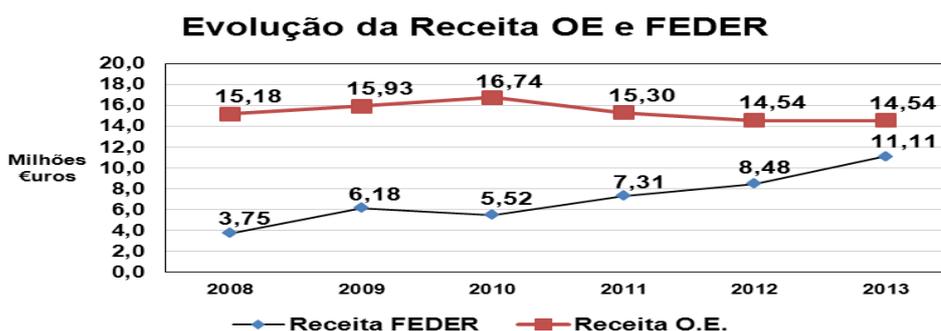


O mesmo esforço tem sido também realizado nos últimos anos na **redução da dívida de curto prazo**, num contexto desfavorável de cortes das receitas do Estado e da redução de receitas próprias resultantes do abrandamento da atividade económica. Este resultado tem permitido a redução dos prazos de pagamento a empresas e prestadores de serviços. Este objetivo tem sido conseguido através da poupança nos gastos correntes dos serviços municipais e na redução de aquisições e prestações de serviços externas. O Plano de Atividades e Orçamento para 2013 tem de ser **austero, pois temos de continuar a reduzir significativamente as despesas correntes (eficiência energética, iluminação pública)**, as aquisições de bens e serviços (projetos, estudos, transportes, energia, telecomunicações).

Mas apesar deste enorme esforço na poupança corrente, os cortes das transferências de verbas do governo para as autarquias, associado à Lei dos Compromissos, obriga-nos também a introduzir reduções nos apoios às atividades associativas, culturais e desportivas.

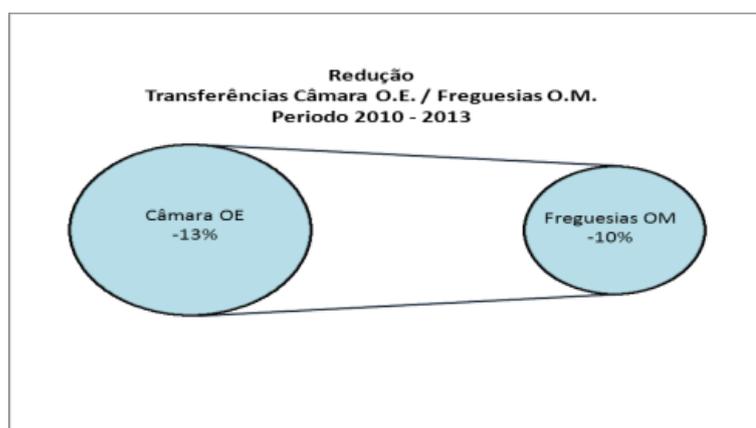


No ano de 2013 o Município vai ser novamente penalizado pelo governo através do aumento da comparticipação da taxa da C.G.A. de 15 para 20%, que representa cerca de 750.000 euros. Acresce a isto uma redução nas receitas próprias (IMT, Derrama, Taxas) resultantes da quebra da atividade económica e da redução da componente do imobiliário em Portugal. O Plano de Atividades e Orçamento tem de ser **flexível para permitir efetuar reajustamentos necessários à atividade municipal e reforços para as componentes sociais durante 2013**, para apoiar e prevenir situações de emergência de fragilidade económica e social de famílias e de instituições, que o agudizar da crise económica e social vai naturalmente exigir. O Município tem também de **aproveitar bem os últimos financiamentos comunitários deste QREN**, com taxas de comparticipação a fundo perdido de 85 %, **para assegurar com estes investimentos o reforço da competitividade do território** nas infraestruturas de água e saneamento, nas áreas de acolhimento empresarial, na qualificação de equipamentos educativos e na construção de equipamentos desportivos náuticos que potenciem a economia do mar e o turismo náutico.



O ano de 2013 será o melhor de sempre na arrecadação de fundos comunitários já aprovados pela Câmara e Serviços Municipalizados, sem incluir os projetos do Polis Litoral Norte aprovados e em fase de aprovação, o que demonstra a **qualidade dos nossos projetos** e a **nossa capacidade política e negocial na sua aprovação** junto do governo e das autoridades de gestão regionais e nacionais. As **candidaturas ao QREN** vão essencialmente potenciar ações de **requalificação de escolas, eficiência energética em edifícios e equipamentos**, na **requalificação / regeneração urbana** (requalificação de arruamentos e espaços públicos), **redes de águas e saneamento, áreas de atividades económicas e da mobilidade territorial** (acessibilidades). Outro aspeto interessante deste gráfico é que a forte redução

das transferências da Administração Central que se vem registando nas receitas da Autarquia desde 2010, tem vindo a ser compensada com o aumento das verbas comunitárias aprovadas, mantendo-se um bom nível de investimento público num quadro global de desinvestimento. Apesar dos sucessivos cortes nas transferências do Estado nas receitas do Município, entendemos que devíamos reforçar e motivar a atividade empresarial no concelho, pelo que integramos nas **Opções do Plano para 2013 um Programa de Incentivos e Apoio às Famílias e Atividades Económicas**: ⇒No apoio às famílias a **Redução da Taxa do IMI** no ano de 2013 de 0.4 para 0.38, tendo o governo fixado para o mesmo ano a taxa máxima em 0.5; ⇒Na **Regeneração Urbana** a **redução de 50 % das taxas de urbanização** e a **isenção de IMT** para equipamentos classificados e geradores de emprego no Centro Histórico; ⇒No **Acolhimento Empresarial** (instalação de novas empresas ou unidades industriais) **isenções parciais ou totais das taxas** de urbanização; ⇒Nos **Empreendimentos Turísticos** quer seja em obras de reabilitação ou construção **isenção total de taxas de licenciamento** e operações urbanísticas; ⇒Na **Atividade Comercial** **Reduções ou Isenções de taxas de publicidade** e esplanadas; ⇒**Apoio no financiamento** de projetos de empreendedorismo através do **MVC FINICIA e Microcrédito**; Os Serviços Municipalizados vão continuar a pugnar pela qualidade e certificação dos seus serviços à população, desenvolvendo um conjunto de projetos na redução das perdas, otimização dos sistemas operacionais, e no alargamento das redes de água e saneamento através dos financiamentos comunitários. **O Executivo Municipal**, apesar das grandes condicionantes orçamentais, **vai continuar a apostar na colaboração técnica e financeira com as Juntas de Freguesia**. Como podemos verificar no gráfico a redução das transferências de protocolos correntes para as freguesias (10%) tem sido inferior à redução (13%) que o Município tem sofrido, nas receitas provenientes do Orçamento de Estado.



As grandes **Opções do Plano de Atividades para 2013**, desenvolvem-se nos seguintes domínios:-  
 ⇒Responder aos desafios em matéria de coesão social com o reforço do trabalho em rede no âmbito do desenvolvimento social e no apoio de instituições e famílias; ⇒Estimular a fixação de novas empresas, promover o empreendedorismo através de instrumentos e programas para jovens, e reforçar os incentivos à atividade económica; ⇒Reforçar a centralidade de Viana do Castelo e revitalizar o Centro Histórico através de políticas integradas de regeneração urbana e mobilidade; ⇒Valorizar o contributo das artes e da cultura para a afirmação da identidade e da coesão de Viana do Castelo; ⇒Estruturar e desenvolver o cluster das energias renováveis, da economia do mar, da

metalomecânica, das madeiras e dos produtos de base regional; ⇨Promover a salvaguarda e valorização das áreas ambientais, costeiras e frentes ribeirinhas; ⇨Continuar a aposta na competitividade do território e na afirmação de Viana do Castelo nos planos regional e da Euro - região Galiza/Norte de Portugal; Apesar das tentativas governamentais de apoucamento e diminuição da importância do Poder Local Democrático e do contínuo desrespeito da sua autonomia, com a profusa e pouco acertada produção legislativa como são os casos da Lei dos Compromissos, da Atribuição e Competências para as Autarquias Locais, da Redução de Quadro Dirigentes, da Redução de Pessoal, e da Lei de Extinção de Freguesias, **este Executivo Municipal continua a acreditar no Municipalismo**, nas virtudes dos serviços públicos de proximidade e **do papel insubstituível das Juntas de Freguesia como garante da coesão do território**. Neste sentido continuaremos a reforçar a proveitosa colaboração técnica e financeira com as Juntas de Freguesia, através dos diversos protocolos da conservação da rede viária, da requalificação dos centros cívicos, do apoio na educação, da prevenção florestal, da qualificação de equipamentos desportivos e culturais, beneficiando assim as populações das quarenta freguesias do concelho. O ano que se aproxima vai reafirmar a importância do papel social e de apoio de retaguarda às populações desenvolvidos pelas freguesias em cooperação com a Câmara Municipal para fazer face aos enormes problemas económicos e sociais das famílias e das empresas. Por isso prevemos e reforçamos dotações financeiras para acorrer a estas situações. **Estamos na CIM do Alto Minho a colaborar ativamente na elaboração do Plano Estratégico Alto Minho 2020**, nos programas de eficiência energética e de racionalização da iluminação pública, no Alto Minho Digital, no Minho IN, no PROMAR - Grupo de Ação Costeira, no Empreendedorismo Social e no Pacto dos Autarcas em colaboração com a Agência de Energia do Alto Minho. **A nossa participação noutros fóruns nacionais, regionais e internacionais será continuada** como na Rede Nacional (Presidência da Mesa da Assembleia Intermunicipal) e Europeia de Cidades Saudáveis, RETE - Cidades Portuárias (Vogais da Junta de Governo e Conselho Científico), Eixo Atlântico (Presidência do Conselho Diretivo), Arco Atlântico, bem como noutros contextos institucionais como redes de municípios com fins específicos e projectos de parcerias com Associações Empresarias e Instituições de Ensino Superior e Politécnico. (a) José Maria Costa.”. Feita a apresentação dos respetivos documentos, todos os vereadores da Oposição intervieram no sentido de manifestarem as suas posições relativamente às Opções do Plano e Orçamento. Analisados e discutidos todos os documentos, procedeu-se à votação tendo-se obtido o seguinte resultado:- 4 votos a favor e 4 votos contra, tendo o Presidente da Câmara exercido, ao abrigo do disposto no artigo 89º, nº 2, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, o voto de qualidade, pelo que foi deliberado propor os referidos documentos à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com as disposições conjugadas do artigo 53º, número 2, alínea b), e do artigo 64º, número 6, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação e do Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Esta deliberação foi aprovada por maioria, com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Ana Margarida Silva, Luís Nobre, Maria

José Guerreiro e os votos contra dos Vereadores António Carvalho Martins, Mário Guimarães, Ana Palhares e Aristides Sousa. Por último, foram apresentadas as declarações de voto que seguidamente se transcrevem:- **"DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD** – Ao longo dos últimos três anos votamos contra o Plano de Atividades e Orçamento. Afirmamos e reafirmamos as razões. Para 2013 são as mesmas. Razões políticas pois estas não seriam as nossas opções e este orçamento, o orçamento de chegada de um ciclo teria necessariamente de refletir mudança na estratégia seguida. Razões técnicas (sempre o mesmo erro), 100% na execução da despesa corrente e 60 a 65% na execução da despesa de Capital, invertendo sempre na execução o peso destas rubricas na despesa total. Razões políticas; o peso das diversas rubricas já criticado ao longo dos últimos três anos teria necessariamente uma mudança que os tempos exigem ou seja existe um peso excessivo da cultura, desporto e tempos livres. Pensamos que era e é urgente que a rubrica cultura, desporto e tempos livres tivesse diminuído ao longo dos anos e por exemplo o peso da acção social e segurança aumentado; redução significativa de alguns impostos e taxas ao longo dos três anos. Infelizmente só este ultimo orçamento o IMI tem uma redução ténue para 2013. É pena porque tal como já afirmamos o objetivo de aumentar o rendimento disponível dos Vianenses e das empresas de Viana é para nós estratégico; uma política de estacionamento ativa articulada com os parques de estacionamento mas virada para as pessoas e ao mesmo tempo fosse capaz de contribuir para atrair gente para viver no centro histórico; o Monte de Santa Luzia e a sua articulação com a cidade; descentralização de competências para as Juntas de Freguesia e respectivo aumento do envelope financeiro mas uma maior exigência na gestão; um controle mais rigoroso da despesa corrente (existem alguns sinais positivos no orçamento para 2013). Estas seriam algumas das muitas opções diferentes de um governo autárquico do PSD. Em relação aos Serviços Municipalizados pensamos que tem havido um esforço no controle/redução da despesa corrente e a continuação de investimentos necessários para uma melhor prestação de serviços. No entanto também aqui haveria para 2013 um objetivo que o crescimento das taxas fosse bem inferior à inflação. É pena que não tenha acontecido. Por isso votamos contra. (a) Carvalho Martins; (a) Mário Guimarães; (a) Ana Palhares.”.

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO CDS/PP** -O Orçamento e Plano da Câmara Municipal para 2013 é um documento a caminho da realidade donde o PS, incautamente, saiu há uns anos, em Viana do Castelo. Digamos que é uma aterragem forçada, não tanto pela crise económica e financeira do país e da zona euro, mas por causa de uma política assente na despesa não planificada para o futuro, pois este é sempre incerto, por mais prospeções e estudos económicos que se façam, como a realidade o prova e os cidadãos o sentem no quotidiano. O PS de Viana do Castelo não governou de forma ponderada, não ouviu as oposições, logo esbarrou na realidade. Queixa-se a equipa do Senhor Eng.º José Maria Costa da política do Governo para esconder os erros da sua política e da política do PS; queixa-se dos cortes da administração central, mas nega o que as forçou e que as mesmas começaram ainda com o Governo de José Sócrates; queixa-se da diminuição das receitas, mas não assume as elevadas despesas correntes, certas e permanentes, que os executivos que integrou e o que lidere fizeram crescer. Na verdade, a falta de respeito pelos dinheiros públicos foi o que levou à

implementação da atual Lei dos Compromissos e dos Pagamentos (de dívida) em Atraso, que o executivo vianense tanto contesta. No mandato do atual executivo, as despesas com pessoal aumentaram um milhão de euros, um milhão de euros foi também o valor do aumento com a rubrica aquisição de bens e serviços, a mesma que diz agora ser necessário diminuir. Ao ler o enquadramento do plano e orçamento, onde se afirma que a despesa corrente diminui, verifica-se que esta, mesmo deduzido o valor da reposição de subsídio de Natal, aumenta de facto. O enquadramento que é feito ao orçamento e plano diz uma coisa (boa), os números do orçamento dizem o seu contrário. Acresce ainda que o documento padece dos mesmos vícios de sempre, pois é um exercício pouco rigoroso face à tendência de execução dos últimos anos. A imprevisibilidade não justifica tão grande distorção do orçamento apresentado. Há falta de rigor, de planificação, o que vem sendo habitual nas propostas socialistas. Desta proposta vai resultar uma execução em que a despesa corrente se situa nos 100% e o investimento se aproxima só dos 50%, facto que é habilmente trabalhado com inúmeras alterações orçamentais ao longo do exercício. Uns dizem que é normal, e é-o quando se não trabalha para fazer melhor. Num período difícil para os contribuintes e para as famílias, é imperativo afirmá-lo, o executivo de José Maria Costa rejeitou propostas que ajudam as pessoas e que mitigam as dificuldades por que passam as famílias: o CDS-PP propôs a redução de 40% da participação do município na coleta de 5% de IRS, o PS rejeitou; o PS apresenta uma proposta de redução da taxa do IMI de 0,4 para 0,38, 5%, portanto, mas o CDS propôs que a redução fosse maior em termos percentuais, e manifestou-se disponível para estudar em conjunto o valor equilibrado do ponto de vista da receita municipal e da necessidade de aumentar o rendimento líquido das famílias, porquanto esta redução, para os contribuintes, é nada, dado que, com a atualização do valor patrimonial e do cadastro matricial, em curso pelas Finanças, em 2013, o imposto a pagar pelas famílias vai ser superior e a respetiva receita da Câmara também, por consequência do alargamento da base tributável. À proposta do CDS, o PS de Viana do Castelo disse não. Não obstante o estudo dos dossiês municipais e consequentes propostas que fiz, em reuniões de Câmara, estas são sistematicamente rejeitadas, em desfavor dos munícipes e das famílias. É mais fácil vender ilusões, pois a suavidade doce da mentira, num país habituado a varrer para debaixo do tapete a frieza da verdade, é mais simpática e doce de ouvir, mas não resolve, pelo contrário, os problemas pontuais e estruturais da gestão e administração do município de Viana do Castelo. Nas eleições autárquicas de 2009, prometi trabalho, dedicação, estudo e contribuir para o melhor desempenho municipal. Perante a votação da última proposta de plano e orçamento do atual mandato, reitero o que venho dizendo ao longo destes anos: a redução da despesa corrente é incontornável para a sustentabilidade municipal, devendo a mesma inscrever-se num plano estratégico plurianual a curto, médio e longo prazos; a adjudicação de muitos serviços é redundante e desconsidera as competências dos trabalhadores do município, em número de 1002; os custos operacionais podem ser reduzidos, e é lamentável que a poupança só tenha entrado no vocabulário dos responsáveis municipais por força da crise. Então, se há poupança agora, nomeadamente no consumo de energia, porque não se poupou antes? Não incomodava o desperdício de longos anos? O investimento só o é verdadeiramente quando o que decorre do mesmo é uma mais-valia sustentável para a população, financeira, social e economicamente, pelo que a ideia de que se investe para aproveitar dinheiro dos fundos comunitários, sem observar os requisitos anteriores, é um erro que compromete a sustentabilidade do município: o Coliseu, agora Centro Cultural de Viana do Castelo, financiado com a ajuda da CIM Alto Minho, que o PS judiou, cujo investimento total está acima dos 13 milhões de euros, será num futuro próximo a expressão do erro e

um sorvedouro das finanças municipais, como o é a engenharia financeira da *VianaPolis* com o intuito de demolir o Edifício Jardim, como o foi a demolição do mercado, que destruiu o comércio local, e o é também a proliferação de várias centralidades sem a criação de fatores de atratividade que lhes acrescentasse valor. Viana do Castelo está apagada e a estrela da esperança ainda não se mostrou! Decorrem de erros estruturais de governação municipal as propostas que o executivo, agora, vem implementando e propõe, para reduzir a despesa, medidas estas cujos regulamentos o CDS aprovou, para corrigir erros acumulados e para reanimar a economia local, que, sendo positivas, embora a destempe e insuficientes, merecem a aprovação, como o sejam a redução do endividamento total e de curto prazo que, em finais de dezembro de 2012, será de 31,4 M€ e de 7,5 M€, respetivamente; a redução da despesa corrente; a redução de algumas taxas, no sentido de dinamizar o comércio, a reabilitação urbana, o empreendedorismo, o acolhimento empresarial e turístico. No entanto, chama-se a atenção para a excessiva dependência do município relativamente às receitas do FEDER (que cresceram em 2012, ao contrário das queixas que o atual executivo faz ao Governo relativamente ao acesso a fundos comunitários), como disso é exemplo a componente de 36 milhões de euros previstos para investimento que, apesar de inferior ao valor de 2012 - *cerca de 12%*, permitirá, se executada, encaixar fundos comunitários para projetos e investimentos. As opções do plano são uma profunda desilusão, dado que, como grandes novidades, apresenta um agravamento do custo da água (3%) e uma dotação de 3,4%, 1,3 milhões de euros, da dotação total para a segurança e ações sociais, uma pequena parcela, ao contrário do que se propagandeia e se quer fazer crer. A propósito da segurança, o CDS reitera a necessidade de, no quadro regeneração urbana e mobilidade, a nível da segurança pedonal, corrigir a opção de acesso à via nas travessias de peões, que tem sido de rebaixar o passeio para acesso à via. O CDS defende o contrário, ou seja, os locais de travessia pedonal na via devem ser elevados ao nível dos passeios, travando a velocidade automóvel e facilitando a mobilidade dos peões. Este Plano de Atividades e Orçamento é mais do mesmo, pois as grandes despesas estão estruturadas como nos exercícios anteriores, com ligeiras variações conjunturais. Trata-se mais do mesmo, dado que não reflete as preocupações e as necessidades dos munícipes nem a realidade do país, pois não prevê “medidas objetivas” de redução sustentada de despesa. Efetivamente existem alguns “cortes: o corte já anunciado de 10% nos apoios a clubes e associações de caris cultural e desportivo, mas comparativamente com outras opções do plano, a despesa em cultura, desporto e tempos livres é um indicador contraditório face ao peso excessivo desta rubrica no orçamento, 28,86% - cerca de 11,6 milhões de euros. Voto contra a presente proposta, pelo que se explana, porquanto o atual executivo da Câmara não tem sido capaz de corrigir os erros estruturais da gestão e administração municipal, sendo que as medidas tendentes a mitigar o desvio são uma reação e não um caminho planeado e com objetivos evidentes. Voto contra, pois as medidas propostas são insuficientes para dar a Viana do Castelo a sustentabilidade que permita baixar os impostos municipais e a coleta no IRS, aumentando o rendimento das famílias. Voto contra, porque o governo da Câmara tem de mudar, para que, no lugar de dívida, as contas municipais apresentem saldo positivo. (a) Aristides Sousa.”. **DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS** - O Plano de Atividades e Orçamento para 2013 da CMVC e dos SMSBVC reflete a forte redução das transferências da Administração Central que afeta substantivamente as receitas da Autarquia desde 2010, traduzindo-se em 2013 num novo corte com o aumento da comparticipação da taxa da C.G.A. Acresce a isto uma redução nas receitas próprias resultantes das quebras da atividade económica

e da redução da componente do imobiliário, resultantes do aumento de impostos, da redução dos consumos e da dificuldade das empresas acederem ao crédito bancário. O Executivo Municipal tem vindo a efetuar desde 2010 uma redução sensível na sua dívida a fornecedores e a reduzir a dívida total, mantendo a necessária estabilidade financeira que garanta disponibilidade para concorrer a investimentos participados por fundos comunitários e aumentar a competitividade do território e a sua atração a novos investimentos empresariais e turísticos. Por todas estas razões, e apesar dos enormes esforços de poupança corrente, de redução de despesas de funcionamento e da procura de novos financiamentos comunitários, o Plano e Orçamento de 2013 terá de ser mais uma vez preventivo, austero mas flexível aos setores sociais e educativos. O Executivo Municipal entendeu também efetuar reajustamentos e reforços para o setor da educação, para as componentes sociais, apoiar situações de fragilidade económica e social de famílias e de instituições, que o agudizar da crise económica e social vai naturalmente exigir. O Município de Viana do Castelo vai apoiar as famílias e as empresas ao reduzir no ano de 2013 as taxas do IMI em 5%, reduzindo de 0.4 para 0.38, enquanto o Estado aumenta as taxas máximas para 0.5. A Autarquia renova os incentivos à reabilitação urbana (50%), instalação de empresas (reduções de 50 a 100%) e equipamentos turísticos (isenção 100%) incentivando a instalação e refuncionalização das empresas. (a) José Maria Costa; (a) Ana Margarida Silva; (a) Luis Nobre; (a) Maria José Guerreiro.”.

**11 de Dezembro de 2012**